Picard, Jacky (org.), **Le Brésil de Lula: les défis d'un socialisme démocratique à la périphérie du capitalisme,** col. «Lusotopie», Paris, Karthala, 2003.

A eleição de Lula é um momento ímpar na história do Brasil, com inevitável repercussão na América Latina. Uma obra europeia, em francês (mais de 300 páginas), com importantes intelectuais, interpretando este contexto, por si só é algo digno de nota. Para além disso, esta edição da colecção «Lusotopie» é rica em dados, argumentos e análises. A selecção de temas é específica, focada naquilo que parece ser mais interessante a leitores não brasileiros, como a reforma agrária e a relação com o Movimentos dos Sem Terra (MST). É uma obra também marcada pela

heterogeneidade de temas, de abordagens, de profundidade analítica e de nível dos trabalhos. Uma das suas qualidades é o grande poder de síntese. Isso revela-se principalmente em alguns artigos, em especial em «La longue marche du Parti dês travailleurs», escrito com perspicácia analítica e rara lucidez.

O objecto de estudo mostra-se bem definido, apresentado logo no título. Também foi clara a opção por um recorte em blocos analíticos: (*i*) política e orçamento participativo; (*ii*) a questão agrária; (*iii*) os desafios sociais. Entretanto, é importante compreender que essa proposta carrega consigo, subjacente e conjuntamente, o desafio de estar a interpretar o próprio Brasil e, mais, um dos momentos mais importantes da sua história recente. Daí ser este um desafio que distingue o livro também pela sua coragem. Esse desafio já havia sido destacado quando Fernando Henrique Cardoso (FHC), sociólogo ilustre, chegou à Presidência da República e reiterou a necessidade de interpretar o país, a dificuldade de entender e de actuar nesse contexto, que se mostra moderno na aparência e fortemente singular nos seus meandros estruturais. As bases da singularidade brasileira têm origem no seu processo heterogéneo de construção societária, com destaque para a não linearidade advinda de uma colonização muito dinâmica. A modernização tardia, o iberismo americano, a multiplicidade cultural, as enormes diferenças regionais e a história «aos saltos» são alguns dos aspectos que demarcam esta complexidade. É compreensível que sejam encontrados percalços em desafios analíticos como estes ainda por serem sintéticos e sobre acontecimentos recentes. Isso destaca ainda mais a qualidade de alguns de seus artigos, como os de M. Lowy ou de P. Salama, tanto pelas análises e dados quanto pelas questões abertas. Dessa forma, não cabe à obra uma leitura linear, mas atenta a tais dados e questões, muito mais do que à procura de eventuais respostas ou análises finais.

A sua chave de interpretação é naturalmente europeia, mas transporta, em muitos dos ensaios, uma bem assimilada incorporação da sociologia brasileira, principalmente de matriz paulista[1]. Mais do que uma cidade ou região, São Paulo representou o moderno. Em luta com o arcaico, é a forma social mais próxima das europeias. É também a mais conhecida no exterior a partir de obras de sociólogos, como *A Revolução Burguesa no Brasil* (1975) e *A Integração dos Negros na Sociedade de Classes* (1965), de Florestan Fernandes, *Os Donos de Poder,* de Raimundo Faoro (1975), ou mais recentemente por Fernando Henrique Cardoso. Por outro lado, é também da incorporação de outras matrizes de interpretação sociológica brasileira que mais se sente falta nas análises expostas. Em especial, ressente-se da ausência de interpretações sobre

[1] Sobre sociologia brasileira, seus principais autores e escolas, v. Melo (1999).

os traços mais distintivos da sociedade brasileira naquilo que é central para diferenciar e interpretar o processo societário em marcha. Uma dessas chaves é o *iberismo americano* articulado por Vianna (1997), que analisa a construção social brasileira numa marcha de *modernização conservadora,* onde o moderno traz consigo o arcaico numa dialéctica diversa do velho mundo, em *revoluções passivas*.

Dois ensaios, em especial, revelam um pouco dessa dinâmica. Em «Minifundium et clientélisme en zones officielles de réforme agraire: de lourds défis pour le gouvernement Lula», de Marcelo S. Carneiro, é possível percebê-la na questão da terra, onde o antigo clientelismo se reproduz sob novas roupagens. Entre mecanismos modernos de reforma agrária, o clientelismo encontrou formas de reiterar as suas velhas práticas através de novas formas de actuação adaptadas às estruturas políticas e aristocráticas locais e ao seu *modus operandi*. Em «Participation populaire et conflits locaux: le budget participatif à Niterói (Rio de Janeiro)», de Marcos O. Bezerra, aparecem novamente traços de velhas estruturas e comportamentos políticos aquando da tentativa de implantação do orçamento participativo em Niterói, traços estes que se mostraram centrais para a compreensão do seu «insucesso». Embora esses ensaios tragam elementos que apontam essa característica da construção social brasileira, os seus focos eram os seus objectos específicos e estes argumentos acabam por aparecer isolados no conjunto da obra. Assim, a discussão teórica geral permaneceu carente de interpretações importantes sobre os processos de transformação social no Brasil, onde a mudança é menos abrupta, embora aparentemente mais rápida. Dado o objecto escolhido, a eleição de Lula, e o questionamento proposto na abertura, «Une révolution démocratique?», tais ausências são mais notadas.

Por outro lado, há textos que proporcionam aos leitores estrangeiros um panorama, tanto descritivo quanto analítico, muito pertinente da realidade brasileira e da história que levou à eleição de Lula. O tema do orçamento participativo (OP) é um exemplo. É abordado na primeira parte da obra, que tem ainda a análise do panorama político nos seus três primeiros artigos, os quais serão abordados posteriormente. Sobre o OP, «Le budget participatif de Porto Alegre: une méthode de gouvernement plus démocratique?», de Jacky Picard, analisa muito bem as suas origens históricas em Porto Alegre e as suas principais características. Uma experiência societária muito relevante, exemplar nos seus traços de criação histórica[2], marcante para o Partido dos Trabalhadores (PT) e para a gestão das cidades em geral, o OP é aqui muito bem descrito e analisado. Ao contextualizar o seu processo, a estrutura aparece sintonizada com um conjunto de circunstâncias histó-

[2] V. C. Castoriadis (1982), em especial obra editada quando esteve no Brasil (1992).

ricas que são igualmente importantes para o seu sucesso. A partir do artigo é possível uma leitura da chave do OP tanto na estrutura quanto nos seus condicionantes históricos e societários: capital social, consensos mínimos, confiança, vontade e mobilização, enfim, um conjunto de factores sociais para os quais o OP é uma resposta adequada. Dessa sintonia surge realmente o que veio a ser conhecido como orçamento participativo, e não da imposição ou importação de uma proposta de gestão em si.

Tal interpretação permite compreender melhor experiências de insucesso, como as reveladas no artigo de Bezerra acima citado. Ambos podem ser lidos quase como complementares. A frustração diante da experiência de Niterói dá-se tanto em função do muito que era esperado quanto pelo insucesso em si da operacionalização da estrutura. O artigo mostra que as condições históricas eram diversas e enriquece a reflexão sobre o que é realmente o OP. Ampliando essa discussão, os argumentos tornam-se relevantes para analisar as tentativas de transposição da lógica do OP para outras esferas. Isso aplica-se, por exemplo, ao actual Conselho de Desenvolvimento Económico e Social (CDES), criado por Lula nos primeiros dias do seu governo, que não está ligado ao orçamento federal, mas «ao papel de articulador entre governo e sociedade, para viabilização do processo de concertação nacional [...] assessorar o presidente da República na formulação de políticas e directrizes específicas, voltadas para um novo contrato social, que é a base de sustentação das mudanças propostas pelo governo de Lula. Para tanto, o CDES tem como desafio articular as diversas representações da sociedade civil a fim de efectivar as reformas necessárias para alavancar o crescimento do país[3].»

Como o OP, surgiram outras iniciativas que se propunham ser vias de participação mais directa e redesenhar a lógica da participação política, aproximando o poder estatal da sociedade civil, mas não atingiram o mesmo efeito desejado e esperado pelo PT. O sucesso do PT nas cidades não se tem reflectido em esferas mais amplas, mesmo no estado do Rio Grande do Sul, cuja capital é Porto Alegre. Talvez por causa do seu historial de comunidades de base e de participação, o PT conseguiu criar nos governos municipais gestões de sucesso que contribuíram muito para a sua imagem e o seu amadurecimento administrativo. Em esferas estaduais e agora na federal, essa mesma competência não foi obtida. Daí as severas críticas de inoperância administrativa imputadas ao primeiro ano de Lula no governo, o que motivou a reforma ministerial e a mudança de posições no alto comando petista.

Fiel à possibilidade de ampliação da experiência participativa, o sexto artigo, «La démocratie participative à l'échelle», de M. Gret, diferencia-se

[3] Extractos da sua página na Internet: http://www.presidencia.gov.br/cdes/.

pela sua forma de abordagem da questão em tom propositivo e pela opção por não referenciar outras obras. O autor aponta caminhos para a extrapolação da experiência de Porto Alegre para outros contextos, principalmente alargando o seu alcance potencial. Contraponto de textos precedentes que sinalizam os limites da transposição, algo reiterado noutras experiências, é um texto bem distinto. Ao defender a viabilidade de uma proposta, a discussão do que é o OP é deixada em segundo plano, bem como a interpretação da sua experiência histórica e as suas características centrais. As propostas são mais adequadas à efectivação de políticas públicas, o que de certa forma explica a razão de este trabalho se distinguir dos demais. Por outro lado, a sua leitura permite confrontar os desafios de propor algo compatível com a resposta esperada ou adequada a um determinado contexto social e aos factores em jogo.

A segunda parte do livro trata da questão agrária. São quatro trabalhos bem articulados, que revelam também o mérito da direcção do livro. O ensaio que abre esta parte, «La réforme agraire au Brésil: une conquête sinueuse», de Delma P. Neves, traça um panorama da reforma agrária. Este retrato é muito importante para conhecer as características do problema num país de dimensão continental como o Brasil. O conhecimento superficial das diferenças que marcam o país (geográficas, sociais, regionais, económicas, políticas, etc.) é compreensível por parte de um leitor estrangeiro, em certa medida até esperado; contudo, não o é para alguém que estuda o país e de quem se espera uma leitura sintética e adequada do contexto. Este é um dos méritos do artigo. Ilustra bem o avanço da reforma agrária e a sua enorme demanda. Daí a esperança de que o governo Lula amplie esse processo tanto por uma questão de distribuição das terras quanto por uma questão de sobrevivência/subsistência, diminuição da fome e do desemprego, impacto positivo sobre o inchaço das cidades e os enormes problemas daqui decorrentes. O artigo em si não aprofunda as discussões, mas traça o panorama necessário para a compreensão dos artigos seguintes, com cunho eminentemente analítico. Estranhou-se apenas a pouca atenção dada às modestas propostas para desapropriações, assentamentos e sua viabilidade no primeiro ano de Lula, embora tenham sido divulgadas ainda em 2002. Este tema é importante porque o principal ponto da reforma agrária é exactamente a articulação entre desapropriação-assentamento-produção, ou seja, que ela aconteça de facto e em proporções adequadas ao montante que dela se necessita. O primeiro passo é o planeamento, ou *metas,* das desapropriações. Para muitos, este foi apontado como a principal deficiência do primeiro ano da reforma agrária de Lula e esperava-se uma maior debate sobre tais números no artigo.

O ensaio seguinte, «Lula et la terre: agrobusiness ou réforme agrai-

re», de Jean-Yves Martin, trata de um dos dilemas centrais da proposta de Lula: gerir a terra entre o *agrobusiness* e os assentamentos, distribuir orçamentos, investir em tecnologia para a grande produção e promover a agricultura familiar, incentivar o cooperativismo e, ao mesmo tempo, as acções de mercado. São dois objectivos não necessariamente antagónicos. Contudo, é difícil promover políticas amplas que consigam atender a ambos. O autor revela as incompatibilidades entre algumas medidas concretas, como o incentivo técnico e financeiro à agricultura familiar e ao mesmo tempo o financiamento prioritário das safras para exportação. Como os recursos são limitados, não parece ser tão simples conciliar ambas as promessas de campanha. Principalmente a partir do seu arcabouço ideológico, é complexo o desafio de formulação de uma política agrária que consiga responder a estes dilemas. Este artigo, juntamente com o seguinte, permite ao leitor pouco familiarizado compreender alguns dos dilemas da terra no Brasil.

O problema de que trata o texto seguinte, «Minifundium et clientélisme en zones officielles de réforme agraire: de lourds défis pour le gouvernement Lula», de Marcelo S. Carneiro, já citado, é a reprodução do clientelismo sob novas formas. Apesar de acções modernizantes, um traço do processo societário brasileiro é a preservação do arcaico, combinado com elementos inovadores. A sinalização desse traço, a sua compreensão e as estratégias de abordagem do problema são fundamentais tanto para entender o Brasil como para planear políticas. O artigo mostra como, apesar de esforços em contrário, (re)surgem estruturas clientelistas durante a efectiva reforma agrária no interior do Brasil. Mais importante é perceber como estas novas formas surgem já adaptadas ao seu contexto imediato, local, agindo muitas vezes mais eficazmente do que as estruturas planeadas e implantadas pelo governo central. É esta dialéctica que constrói a nova forma societária advinda após o assentamento. É sobre ela que se devem debruçar as reflexões sobre o sucesso da reforma agrária, bem como sobre a adequação das suas estratégias. Por fim, «Changement social et développement rural: la notion de 'pacte territorial' à l'épreuve en Amazonie», de C. Albaladejo, analisa numa perspectiva crítica e mais geográfica a noção do «pacto territorial» na Amazónia, uma das áreas onde a questão da terra é mais conflituosa e complexa. De certa forma, este artigo pode ser lido como a ratificação dos argumentos da discussão antecedente sobre a preservação do clientelismo. No caso amazónico, a discussão imerge no meio ambiente e sua reflexão em torno do «pacto territorial». A Amazónia é cenário de ocupações do seu território nem sempre adequadas às necessidades do seu povo, das suas questões ambientais e da construção da cidadania em moldes modernos. Isso sinaliza a importância da cooperação internacional neste

campo e o papel que está a ser executado por organismos internacionais (ONU/UNESCO), ONGs e movimentos ecológicos. Dada essa actuação plurinstitucional, é importante compreender as peculiaridades sociais, os actores em jogo, enfim o contexto em si, para pensar a sua inserção na Amazónia de forma mais consciente, instruída e estrategicamente mais eficaz.

De um modo geral, nota-se um relativo distanciamento de dois pontos centrais: a limitada proposta do governo em relação às metas de assentamento, como já foi dito, e a frágil articulação do problema agrário com outros problemas sociais, como a fome, o desemprego e as questões urbanas decorrentes do aumento vertiginoso das cidades decorrente do êxodo rural. Para além da premência da reforma agrária, justificada em função dos problemas do campo, importa destacar as suas articulações com outras áreas. Por outro lado, este trecho do livro é exímio em oferecer leituras que permitem ao leitor o conhecimento de problemas brasileiros e as suas formas de abordagem. Em primeiro lugar, a necessidade de conhecer a diversidade e os números num país daquelas proporções. Somente após um estudo aprofundado dos contextos é possível avançar nas análises. Em segundo lugar, o dilema constante entre a inserção na economia global e os problemas próprios do «terceiro mundo». Em terceiro lugar, a preservação do arcaico no bojo do moderno, o processo societário singular e os cuidados redobrados na articulação das políticas e da sua implementação efectiva e, por fim, a Amazónia e os desafios sociais do «pacto territorial» adequado à reforma agrária e ao meio ambiente.

A terceira parte do livro é a que comporta menos artigos (três), mas a que trata das questões mais complexas: problemas sociais e económicos. São trabalhos também muito heterogéneos. O décimo segundo artigo, «La réforme de la sécurité publique au Brésil: les enjeux du pacte fédératif», trata muito bem da segurança pública. A forma de abordagem merece destaque, uma vez que relaciona políticas de segurança e pacto federativo. A coordenação das polícias e das políticas de segurança é crucial num país com as dimensões do Brasil. Destaca-se ainda o último artigo, de Pierre Salama, «Le Brésil à la croisée des chemins», sobre as «encruzilhadas» económicas com que o governo Lula se defronta. Estas encruzilhadas remontam à década de 80 do século XX e são centrais para compreender o Brasil. A elas juntam-se também planos económicos arriscados e imediatistas, funcionando muitas vezes como «remédios que podem dar cabo do doente». Assim, nos anos 80, para elevar o crescimento admitiu-se a dívida externa e a injecção pública de capitais, levando à quase hiperinflação. Quando o inimigo era a inflação, tentaram-se vários congelamentos de preços, entre eles o de Collor, que levou ao bloqueio bancário. Com Itamar Franco, o Plano

Real limita a inflação à custa da armadilha cambial, mas ainda com crescimento. Com FHC, o mesmo plano económico é levado às últimas consequências, seguindo a cartilha do FMI, a elevação de juros e o disparo da dívida pública interna, o que conduz o país à recessão. Essa foi a acertada bandeira de críticas de Lula. Todavia, o seu governo permanece seguindo muitas das mesmas posturas económicas, o que o coloca frente a muitas críticas, principalmente entre os seus aliados. O autor antevê esse dilema e analisa-o de forma sintética e adequada aos leitores da «Lusotopie». Outro aspecto muito relevante é que a ênfase em questões tópicas, por vezes imediatistas, acaba por ocultar problemas estruturais graves, como a ausência de um plano de desenvolvimento que integre as políticas industrial, tecnológica e outras que são estruturantes. Destaca-se também a visão estratégica e geopolítica que o Brasil desempenha no mundo, tanto pelas suas alianças na América Latina, em especial a liderança do MERCOSUL, quanto em relação à sua proximidade com a Europa. Daí, mais uma vez, o alerta em continuar a seguir os constrangimentos do FMI, que levaram tantos países a acentuarem as suas crises, em vez de se desenvolverem, como no caso exemplar da Argentina. Ao mesmo tempo não há como virar as costas à economia globalizada. O argumento da ampliação do mercado interno pela elevação do poder de compra advindo de estratégias distributivas melhores é também um argumento em favor da democracia. Mais do que o crescimento do PIB, a diminuição das desigualdades representa uma larga expansão do mercado interno e do consumo, capaz de financiar de forma menos dependente o crescimento estrutural da economia. Ao mesmo tempo, isso significa o contraponto à ideologia da dependência internacional, que fragiliza a sociedade e a economia brasileiras. Este sim pode representar efectivamente um avanço possível do governo de Lula em função da sua base de alianças com forte cunho nacionalista, que recorda Getúlio Vargas e Juscelino Kubistchek. No entanto, não é este o caminho que tem sido trilhado pelo PT desde que chegou ao poder. Para compreender isso é preciso retornar ao início do livro e questionar por que se espera tanto e se vislumbra tão pouco.

A meio desta terceira parte estranha-se a abertura, «Quelle éducation pour une refondation de la nation brésilienne?», que trata da educação. É um artigo sintético que faz poucas referências a outras obras, mas aborda muitos aspectos da questão educacional. O artigo tem o mérito de sinalizar a importância da questão educacional para o Brasil. Contudo, talvez pela opção de ser tão sintético, as análises acabaram por ser superficiais, com dados parciais e pouco aprofundados no contexto nacional. O artigo mostra como a concentração do rendimento encontra paridade na desigualdade educacional. É assinalada a fraca escolaridade média e a necessidade de expansão maior do

que a já verificada nos anos 90. Contudo, para obter estes resultados, a qualidade do ensino, que já era ruim, deteriorou-se, como pode ser observado em testes nacionais, como o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), ou internacionais, como o Programme for International Student Assessment (PISA). Continuar a crescer dessa forma pode depois revelar-se pior do que um crescimento menos acentuado, mas com preocupações pertinentes de qualidade. Outra ponderação é a de que o argumento em favor de mecanismos indirectos de equidade (como a educação) não encontra suporte nos dados brasileiros. Um exemplo simples é a manutenção das desigualdades sociais e económicas desde a década de 70, enquanto a escolaridade média cresceu muito e as desigualdades educacionais diminuíram acentuadamente. Alguns dos «remédios» adoptados para tratar este problema podem revelar-se, ou já se revelaram, ineficientes e podem vir a agravar a «doença».

Níveis elevados de escolaridade têm-se mostrado positivamente correlacionados com a prevenção do desemprego, ou seja, com probabilidades bem menores de ficar fora do mercado; entretanto, isso não significa estar empregado na sua área de formação, mas apenas inserido, formal ou informalmente. Por outro lado, isso também significa a entrada de mais pessoas escolarizadas no rol dos desempregados, como a espiral descendente de Pryor e Schaffer (1999). O modelo educacional brasileiro, sobretudo depois das políticas dos anos 90, tende a reflectir sistemas sem *tracking*[4], que operam com menor relação com o mercado de trabalho e, portanto, menor poder de influência sobre os resultados sociais posteriores. Logo, o sistema educacional no Brasil tenderá sempre, em função das opções políticas precedentes, a ter poderes mais limitados de transformação social, mais concretamente sobre as desigualdades sociais.

O ensino superior foi analisado sob aspectos muito importantes, embora superficiais. A crítica correcta ao financiamento, que precisa de ser melhor distribuído e que proporcionalmente ao PIB é o mesmo verificado em França, esquece-se de dizer que, no caso brasileiro, muitos gastos não especificamente educacionais são embutidos no orçamento do Ministério, como as contas das reformas de todos os funcionários (que não são pagas pelo Ministério da Previdência, mas sim pelo da Educação), os gastos da rede de hospitais universitários (que também são arcados pelo Ministério da Educação, e não da Saúde), além de tantos outros. Por sua vez, o autor levanta uma tese importantíssima, mas raramente comentada, a saber, a aplicação dos recursos em investigação científica e a sua relação com as prioridades nacionais. O artigo mostra o elevadíssimo investimento em pesquisa básica sem o devido retor-

[4] Para compreender e aprofundar o tema v. Shavit e Müller (1998).

no social e fora de escala, se comparado com o investimento em pesquisa aplicada. Neste ponto revela-se um aspecto nodal da universidade brasileira: a fraca articulação com a sociedade e as suas demandas, muitas vezes isolando a «sabedoria em torres de marfim de costas para a sociedade». Isto é um grande mérito do artigo, pois essa autocrítica raramente é analisada e é necessário coragem para impor tal discussão. Todavia, mais uma vez, foi um aspecto apenas pontuado.

A expansão do ensino superior, outro ponto tratado, fez-se ao preço da sua perda de qualidade nas instituições estatais e ao vertiginoso crescimento do sector privado, de qualidade muito questionável. Isso acabou por tornar o ensino superior ainda mais elitista, o que pode ser contextualizado e complementado com outras publicações sobre o tema[5]. Muitos dados referem-se a São Paulo, num país onde as diferenças regionais são enormes. A leitura dos governos FHC sobre o tema, ideologicamente influenciada pela teoria do capital humano e que encontra maior repercussão internacional, menospreza elementos centrais da crise educacional que poderiam ser apontados num trabalho sobre o Brasil. A educação não se mostrou funcional como política distributiva indirecta no Brasil. Este argumento já antigo (Boudon, 1981; Bourdieu, 1979; Jencks, 1972; ou Hirsch, 1979), foi pouco considerado. É preciso cuidado ao analisar a educação como mecanismo de distribuição de rendimentos porque politicamente pode ser a defesa de meios indirectos em detrimento dos directos. Agentes de mercado (bolsas, empresas, bancos, etc.) e organismos internacionais (como BID, FMI ou Banco Mundial) tendem a ser contrários à adopção de meios mais directos, mas estes podem ser necessários em situações de larga exclusão social, como a brasileira. Daí a importância de defender claramente a opção pelas políticas contra a desigualdade, directas e indirectas. Esta opção significa também a defesa da ampliação do poder de compra, incentivo à livre iniciativa e concorrência leal, algo pouco lembrado pelos sectores da direita, mais alinhados com a ideologia dos mercados internacionais, em detrimento de preocupações com o fortalecimento do mercado interno.

O artigo tem o grande mérito de alertar para o grave problema educacional e para a sua importância para o desenvolvimento do país. O autor chama a atenção para alguns dos problemas estruturais mais importantes do ensino superior. Contudo, estes são tratados superficialmente. Curiosa ausência nesta terceira parte do livro é a questão da fome. Principal bandeira do início do governo, com «Fome zero», este tema não apareceu analisado com a atenção que se esperava. É certo que este

[5] Para uma análise da questão educacional no Brasil em língua estrangeira, v. algumas das publicações de Simon Schwartzman (http://www.schwartzman.org.br/simon/), em especial publicações sobre o ensino superior.

programa, tal como muitos outros propostos pelo governo de Lula, está a sofrer duras críticas, dado assemelhar-se a propostas populistas. Contudo, internacionalmente, é um tema relevante, esperando-se maior atenção por parte dos autores.

A parte mais peculiar da obra, no entanto, são os seus três artigos de abertura. O terceiro artigo, «La longue marche du Parti des travailleurs», de Michael Lowy, traça um perfil histórico e analítico do PT, já foi citado anteriormente e revela-se muito apropriado para a compreensão do livro e do governo de Lula, inclusive com os seus desafios internos: divergências entre as suas correntes, corporativismo/«fisiologismo», e o vazio deixado à esquerda quando o PT se aproximou do centro. Exactamente do amadurecimento surgem também problemas, como da qualidade de se coligar, algo aprimorado recentemente, crucial para vitória em 2002 e para o governo, surgiram maiores debates e divisões dentro do próprio PT. O artigo consegue ir directo aos pontos cruciais para a compreensão do PT: a sua formação heterogénea, o seu cunho ideológico plural, a sua inovação histórica no contexto brasileiro, a sua relação com os movimentos sociais, as suas lideranças, o seu crescimento dialéctico, o seu amadurecimento, o seu posicionamento histórico, as suas transformações e, finalmente, a sua consolidação como partido político. Um grande mérito é mostrar que o PT é, antes de tudo, um partido como os outros. Ao mesmo tempo, é um partido que teve uma história bem distinta e que representou o pensamento maioritário da «esquerda autónoma» no Brasil. Logo, não era de esperar da vitória do PT uma revolução. O artigo também mostra um caminho completamente diferente do acontecido no Chile com Allende. O PT nasce no meio de movimentos sociais e sindicais, mas não deve ser visto em simbiose com a Central Única dos Trabalhadores (CUT) ou com o Movimento dos Sem Terra (MST). O PT cresceu continuamente ao longo dos anos, mas foi um trajecto conturbado, dialéctico, demorado e plural, em que teve de se tornar mais flexível, mais aberto a coligações, mais afeito ao diálogo, de entre muitos outros aspectos que caracterizam o amadurecimento político, tendo mesmo de abrir mão de posturas antes ideológicas. Por mais simples que possa parecer, conseguir entender o percurso de um partido com bases sindicais e movimentos populares para a chapa vitoriosa em 2003 não é fácil, mesmo para quem viveu este percurso. Possibilitar ao leitor estrangeiro esta compreensão em poucas linhas é algo notável. Como também é um mérito permitir que se perceba o PT como um partido, e não como um movimento social institucionalizado ou uma forma «democrática» de tentar chegar à «revolução». Só assim será possível entender o governo de Lula e a sua vitória.

As eleições foram um tema bem tratado no ensaio de abertura, «Lula et les candidats du PT: ampleur et

limites d'un succès électoral», que traz, além disso, muitos dados sobre as eleições, permitindo um mapa da actual articulação política brasileira. A proposta é mapear o processo eleitoral, entender o percurso do PT até à presidência dentro da democracia brasileira e dessa forma entender também a própria democracia. São apresentados muitos números e o trabalho constitui-se se como uma boa fonte de dados e referências não só sobre o PT e a vitória de Lula, mas sobre a democracia no Brasil desde as eleições directas de 1989. Todavia, o trabalho que abre o livro comete pequenos deslizes em relação a alguns dados[6]. Embora confesse o risco e os limites, traz um alinhamento dos partidos entre a direita e a esquerda bastante controverso, dá pouca atenção à estruturação da governabilidade pela articulação da maioria no parlamento e abre pouco a explicação da estrutura das coligações, bem como a forma de contagem de totais de voto por partido, pouco relevante para o executivo, mas que faz diferença na análise de outros cargos. Recebe pouca atenção o período entre o *impeachment* de Collor e a primeira eleição de FHC, quando Itamar Franco assumiu a presidência, período este que foi muito marcante para a identidade dos quatro grandes partidos brasileiros e para o seu comportamento efectivo. É também uma classe política em mutação, cujos três objectivos básicos (ascender ao poder, controlar a máquina estatal e reeleger-se) passam a ser atingidos sob novas estratégias. Outra transição importante é a da oligarquia para a poliarquia[7], fenómeno perceptível na composição parlamentar, mas pouco aprofundado nos primeiros artigos. Entretanto, o primeiro artigo, em especial, mostra-se muito relevante para os interessados no tema da democracia e das transições, para além da Europa e dos Estados Unidos. O mundo é bem mais diverso do que se imagina e a compreensão dessa diversidade é central para entender o poder e as democracias pelo globo, talvez algo que se mostrará importante em especial para a transição no Iraque, no Afeganistão ou em alguns países de África. O percurso brasileiro, embora singular, mostra como um povo amadurece juntamente com os seus partidos e com a experiência democrática. Essa dinâmica ultrapassa a imposição de estruturas ou modelos, é algo que acontece na fusão das culturas com a manifestação popular democrática em busca de tais estruturas adequadas ao seu contexto, à sua vida.

O artigo de Dominique Vidal, «Sens du juste, légitimation et governabilité», é muito interessante ao analisar a repercussão do fenómeno em

[6] Um exemplo encontra-se logo na p. 19, onde é citado o número de deputados estaduais, variando entre 9 e 20, quando, na verdade, o seu número varia entre 24 e 94.

[7] Sobre o conceito de poliarquia e sua expressão no Brasil, v. Dahl (1968 e 1971) e Santos (1997).

estudo para a vida democrática. O trabalho trata das esperanças em torno da vitória de Lula, que transcendem o Brasil, e das dificuldades que este governo enfrenta. A alternativa de análise é muito bem encaminhada: o sentido de justiça e governabilidade em torno de um projecto político para a nação. Este tema envolve tanto a reflexão acerca da democracia quanto sobre a governabilidade. Mais interessante é pensar estes temas para o Brasil, onde são tão frágeis o capital social, o civismo e a confiança institucional e até, de certa forma, a própria noção básica de contrato social. Potencialmente, o artigo aponta para muitas discussões relevantes. Uma delas é a dialéctica entre os interesses da classe média e os das camadas mais pobres, ambas lutando por direitos sociais e oportunidades económicas, mas com visões do mundo, prioridades e estratégias completamente diversas. No campo teórico, a relação da nação com o poder e a justiça é uma das mais estimulantes. O autor é um dos poucos que recorrem a uma sociologia brasileira mais diversa e completa, em que se destaca a referência à obra de Wanderley Guilherme dos Santos (1979). Outros paralelos interessantes podem ser estabelecidos com clássicos na literatura nacional, como Raimundo Faoro (1975) e Maria Sylvia de Carvalho Franco (1997).

Recentemente (21 de Abril), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento divulgou o relatório «Democracia na América Latina», o qual revelou que metade da população do continente preferiria uma ditadura que aumentasse o seu nível de vida, melhorando os níveis económicos dos respectivos países. Isso sinaliza que, apesar das melhorias democráticas, o continente ainda enfrenta sérios desafios que levam a uma profunda insatisfação popular com os líderes eleitos. O crescimento económico insuficiente e os elevados níveis de desigualdade debilitam a confiança na democracia. Embora o Brasil tenha obtido o grau máximo no «índice de democracia», o brasileiro está desconfiado no apoio à democracia. A eleição de Lula foi um claro sinal da esperança de mudança e da crença na democracia como caminho para transformações. Por outro lado, a desilusão com o seu governo não só afectará o PT e a credibilidade das esquerdas, como atingirá também a crença democrática. Este é um ponto central para a análise do Brasil de Lula: tanto a sua eleição quanto o seu desempenho representam muito para a democracia no Brasil e na América Latina.

Fontes bibliográficas citadas

BOUDON, Raymond (1981), *A Desigualdade de Oportunidades,* Brasília, Ed. UNB.

BOURDIEU, Pierre (1979), *La distinction: critique sociale de jugement,* Paris, Minuit.

CASTORIADIS, Cornelius, *et al.* (1992), *A Criação Histórica,* Porto Alegre, Artes e Ofícios.

CASTORIADIS, Cornelius (1982), *A Instituição Imaginária da Sociedade,* Rio de Janeiro, Paz e Terra.

DAHL, Robert A. (1968), *Who Governs,* 12.ª ed., New Haven, Yale University Press.

DAHL, Robert Alan (1971), *Polyarchy: Participation and Opposition,* New Haven, Yale University Press, IX-257 páginas.

FAORO, Raimundo (1975), *Os Donos do Poder,* Porto Alegre/São Paulo, Globo/EDUSP, 2 vols.

FERNANDES, Florestan (1965), *A Integração dos Negros na Sociedade de Classes,* São Paulo, Dominus Editora.

FERNANDES, Florestan (1975), *A Revolução Burguesa no Brasil,* Rio de Janeiro, Paz e Terra.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho (1997), *Homens Livres na Ordem Escravocrata,* 4.ª ed., São Paulo, Fundação Editora UNESP.

HIRSCH, Fred (1979), *Limites Sociais do Crescimento,* trad. Waltensir Dutra, Rio de Janeiro, Zahar Editores.

JENCKS, Christopher (1972), *Inequality: A Reassessment of the Effect of Family and Schooling in America,* Nova Iorque, Basic Books, Inc.

MELO, Manuel Palacios da Cunha e (1999), *Quem Explica o Brasil?,* Juiz de Fora, UFJF, 264 páginas.

PRYOR, F. L., e SCHAFFER, D. L. (1999), *Who's not Working and Why,* Cambridge, Cambridge, University Press.

PUTNAM, Robert D. (1996), «Comunidade e democracia», in *A Experiência da Itália Moderna,* Rio de Janeiro, editora FGV.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos (1997), *Instituto Universitario de Pesquisas do Rio de Janeiro, da oligarquia a poliarquia: competição eleitoral e processos «não encarceráveis»,* Rio de Janeiro, IUPERJ, 57 páginas, tabs. (série «Estudos», IUPERJ, 95).

SANTOS, Wanderley Guilherme dos (1979), *Cidadania e Justiça: a Política Social na Ordem Brasileira,* Rio de Janeiro, Campus.

SCALON, Maria Celi (1999), *Mobilidade Social no Brasil: Padrões e Tendências,* Rio de Janeiro, Revan, IUPERJ-UCAM.

SHAVIT, Y., e MÜLLER, W. (eds.) (1998), *From School to Work. A Comparative Study of Educational Qualification and Occupational Destination,* Oxford, Clarendon Press.

VIANNA, Luiz Werneck (1997), *A Revolução Passiva: Iberismo e Americanismo no Brasil,* Rio de Janeiro, Editora Revan, 1997.